**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

RESOLUÇÃO PGE/MS/Nº 216, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

(Publicado no D.O. n. 8.577, de 16 de dezembro de 2013, p. 9 a 12)

Estabelece Regulamento para a realização de Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso no cargo inicial da carreira de Procurador do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 8º, incisos I e XXIII, da Lei Complementar nº 95, de 26 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer Regulamento para a realização de Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso no cargo inicial da carreira de Procurador do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos desta Resolução.

DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 2º. O Concurso Público para ingresso no cargo inicial da carreira de Procurador do Estado de Mato Grosso do Sul consistirá na prestação de provas preambular (objetiva), escritas (teóricas e práticas), oral e de títulos, bem como de investigação social sobre o candidato e exames de saúde física e mental.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 3º. São requisitos para o ingresso na carreira de Procurador do Estado:

I - ser brasileiro;

II - ser advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso do Sul;

III - estar quite com o serviço militar, se homem;

IV - estar no gozo dos direitos políticos;

V - gozar de saúde física e mental;

VI - ter boa conduta social e não registrar antecedentes criminais; e

VII - ter, na data do pedido de inscrição, pelo menos 02 (dois) anos de prática profissional.

§ 1º. O candidato aprovado deverá estar inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Mato Grosso do Sul para a posse, sob pena de a sua nomeação tornar-se sem efeito, observado o disposto no art. 61 deste Regulamento.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

§ 2º. A boa conduta social será comprovada mediante atestado de 02 (dois) membros da Procuradoria-Geral do Estado, do Poder Judiciário, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, sem prejuízo das investigações sigilosas a cargo da Comissão Organizadora do Concurso.

§ 3º. A inexistência de antecedentes criminais será comprovada por certidão negativa das Justiças Estadual e Federal do(s) local(is) onde o candidato tiver residido nos últimos cinco anos.

§ 4º. A saúde física e mental será comprovada mediante laudos médicos, clínico e neurológico.

§ 5º. Será considerada como prática profissional o exercício da advocacia privada ou pública, ou de qualquer cargo, emprego ou função públicos que exijam como requisito para o seu exercício o diploma de bacharel em direito, ou, ainda, o estágio profissional, desde que oficial ou reconhecido, observado o disposto no artigo 14 deste Regulamento.

DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO

Art. 4º. O Concurso, sob responsabilidade da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, será dirigido e realizado por Comissão Organizadora especialmente composta para este fim.

Art. 5º. A Comissão Organizadora do Concurso será composta por 06 (seis) membros titulares, sendo 05 (cinco) Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul, dentre eles o Procurador-Geral do Estado, que a presidirá, e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso do Sul, com suplentes.

§ 1º. O Procurador-Geral do Estado, além das hipóteses de impedimento e ausência, de que trata o art. 8º, §1º, deste Regulamento, poderá ser substituído no exercício da presidência por outro Procurador do Estado que indicar.

§ 2º. Serão indicados suplentes em número pelo menos igual ao de membros titulares para composição da Comissão Organizadora do Concurso.

Art. 6º. Compete à Comissão Organizadora do Concurso:

I - organizar o Concurso Público e promovê-lo desde a elaboração e publicação do Edital até a sua homologação;

II - analisar os pedidos de inscrição e decidir os recursos e/ou qualquer outro assunto relacionado ao Concurso Público;

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

III - desempenhar as funções de Banca Examinadora do Concurso quando não houver indicação de membros específicos para composição da mesma.

Art. 7º. A Comissão Organizadora do Concurso reunir-se-á com a maioria absoluta de seus membros e suas deliberações serão pela maioria dos votos, cabendo ao presidente, além do voto ordinário, também o de desempate, se for o caso.

Art. 8º. Fica impedido de integrar a Comissão Organizadora do Concurso o Procurador do Estado ou o representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso do Sul que possuir entre os candidatos cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau.

§ 1º. Em caso de impedimento ou ausência do Procurador-Geral do Estado, este será substituído pelo Procurador-Geral Adjunto do Estado e, havendo impedimento ou a ausência deste último, a substituição será realizada pelo primeiro Procurador do Estado titular designado para compor a Comissão Organizadora do Concurso e, assim, sucessivamente, até que se encontre membro presente e desimpedido para atuar como Presidente.

§ 2º. Se o impedimento ocorrer em relação aos demais Procuradores do Estado membros da Comissão Organizadora do Concurso, os mesmos serão substituídos pelos suplentes ou, esgotados estes, por Procurador do Estado designado pelo Procurador-Geral do Estado.

§ 3º. Se o impedimento ocorrer em relação aos advogados, titular ou suplente, caberá à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul, indicar substituto.

§ 4º. A situação do impedimento deverá ser comunicada por escrito ao Presidente da Comissão Organizadora do Concurso, à exceção do impedimento do Procurador-Geral do Estado, cuja comunicação será feita ao Procurador-Geral Adjunto do Estado, que cientificará os demais membros da Comissão.

§ 5º. Qualquer Procurador do Estado, candidato ou interessado poderá suscitar o impedimento de membro da Comissão Organizadora do Concurso.

§ 6º. Cessado o motivo do impedimento, o membro poderá retornar à Comissão Organizadora do Concurso.

DAS INSCRIÇÕES

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

Art. 9º. O Concurso será aberto com a publicação do respectivo Edital de Concurso Público, no Diário Oficial do Estado, que fixará, dentre outras normas, o período, o número de vagas e os requisitos indispensáveis para as inscrições, preliminar e definitiva, do candidato, o qual deverá, já na data da inscrição preliminar, preencher as condições estabelecidas no art. 3º deste Regulamento, com exceção do inciso II, que constitui requisito específico para a posse.

§ 1º. As inscrições serão realizadas, na forma deste Regulamento, em duas fases: a primeira, considerada preliminar, e a segunda, definitiva.

§ 2º. As inscrições preliminares serão realizadas exclusivamente via “Internet” e para a inscrição definitiva admitir-se-á inscrição via postal, cujo envelope será endereçado ao Presidente da Comissão Organizadora do Concurso, contendo o requerimento e os documentos exigidos para a inscrição definitiva conforme exigências contidas neste Regulamento, e deverá chegar ao destino até o último dia do prazo estabelecido no Edital de Concurso Público para as inscrições.

§ 3º. A Comissão Organizadora do Concurso não se responsabilizará:

I - por inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e de outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados;

II - pelo não encaminhamento do comprovante de pagamento pela Agência Bancária ou pelas Casas Lotéricas.

III - pelo extravio da correspondência ou pelo atraso no serviço de entrega da mesma, bem como não admitirá a inscrição quando a correspondência não chegar, por qualquer razão, ao destino até o último dia do prazo estabelecido para as inscrições no Edital de Concurso Público.

§ 4º. Não serão aceitas inscrições condicionais, por qualquer forma, ou encaminhadas por fax-símile, “e-mail” ou outra modalidade de transmissão de dados.

§ 5º. Será cancelada a inscrição do candidato que pagar a taxa com cheque sem provimento de fundos ou que não possa ser compensado, ou que realizou o pagamento, por qualquer circunstância, após a data de encerramento das inscrições.

§ 6º. O requerimento de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador, podendo a Comissão Organizadora do Concurso eliminar o

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

candidato cujo requerimento não esteja formalizado de maneira clara e legível ou contenha dados inverídicos.

§7º. Comissão Organizadora do Concurso poderá eliminar o candidato que não preencher de forma completa e corretamente os campos dos formulários, em especial os referentes ao nome, CPF, endereço e CEP de residência.

§8º. O candidato terá sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do Concurso Público de Provas e Títulos se utilizar CPF de terceiros ou preencher irregularmente o CPF no Formulário de Inscrição “on-line”.

§ 9º. Será considerado habilitado, para a inscrição definitiva em nome do candidato, o procurador que apresentar instrumento original de procuração, público ou particular.

§ 10º. O pedido de inscrição implica na aceitação pelo candidato das regras do Concurso Público.

DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR

Art. 10. As inscrições PRELIMINARES serão realizadas, exclusivamente, via “Internet”, conforme procedimentos a serem fixados no Edital do Concurso Público e por período determinado.

§1º. No endereço eletrônico especificado no Edital do Concurso público será disponibilizado o Formulário de Inscrição e o Documento de Arrecadação Estadual – DAEMS, com o valor da taxa de inscrição e a indicação dos locais e horários para o pagamento.

§2º. A inscrição somente será concluída após a confirmação do pagamento da taxa de inscrição.

Art. 11. A relação dos candidatos inscritos será divulgada no Diário Oficial do Estado – DOE e disponibilizada, via “Internet”, no “site” que o Edital do Concurso fixar.

§1º. O candidato deverá requerer as devidas correções de eventuais erros cadastrais, por escrito, no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de publicação do edital com a relação dos candidatos inscritos.

§2º. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos publicados sobre o Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo inicial da Carreira de Procurador do Estado, no Diário Oficial do Estado, para tomar

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

conhecimento de seu conteúdo e não alegar desconhecimento de qualquer tipo ou natureza.

§3º. Processadas as alterações requeridas, quando houver, será publicada a homologação das inscrições, mediante Edital, com a relação dos candidatos inscritos no Concurso, publicado no Diário Oficial do Estado.

DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

Art. 12. O candidato considerado aprovado nas provas escritas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da divulgação do resultado, deverá requerer sua inscrição definitiva, sob pena de não poder participar das fases seguintes do Concurso.

Art. 13. O requerimento de inscrição definitiva será dirigido ao Presidente da Comissão Organizadora do Concurso, assinado pelo candidato ou por seu procurador com poderes especiais para o ato, e entregue na sede da Procuradoria-Geral do Estado, contendo o nome e qualificação do candidato, número da inscrição no Concurso, número do documento de identidade, data da expedição e órgão expedidor, número da inscrição na OAB, se for o caso, do CPF, o nome do cônjuge ou companheiro, endereço para onde deverão ser enviadas as comunicações, os números de telefones residencial e celular, endereço eletrônico (“e-mail”), informação do seu domicílio, todos os cargos, empregos e atividades que exerceu ou exerce, lucrativas ou não, inclusive comerciais ou industriais, precisando o local e a época do exercício nos últimos cinco anos, bem como indicação de cinco autoridades dentre integrantes das carreiras de Procurador do Estado, da Magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou de Delegado de Polícia, ativos ou inativos, estaduais ou federais, com indicação do nome, endereço completo (rua, avenida, número, bairro, cidade, CEP, estado, telefones e “e-mail”), para fins de investigação social.

Art. 14. O requerimento de inscrição definitiva deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - fotocópia autenticada da cédula de identidade;

II - fotocópia autenticada do diploma de bacharel em direito;

II - duas fotos 3x4 recentes e iguais.

IV - declaração de que é bacharel em direito ou advogado e que preenche os requisitos do art. 3º desta Resolução, com exceção do disposto em seu inciso II, que constitui requisito para a posse;

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

V - prova da prática profissional exigida de, no mínimo, 02 (dois) anos, por intermédio de:

a) prova inequívoca do exercício da profissão de advogado, durante o período exigido, se não houver relação formal de emprego, por intermédio de certidão de atuação em processos judiciais com menção ao patrocínio e à data da atuação do interessado, folha ou fotocópia autenticada do Diário Oficial que tenha publicado ato referente ao andamento de processo, do qual conste o nome das partes e do candidato como advogado de uma delas, ou cópia de peças firmadas em processos judiciais, devidamente autenticadas pelas respectivas serventias, perante as Justiças Federal ou Estaduais, inclusive os Juizados Especiais;

b) certidão do órgão competente nos casos de candidatos ocupantes de cargo de representação judicial de pessoa jurídica de direito público ou de órgão da administração indireta ou de assessor ou assistente jurídico de órgão da administração pública direta, de entidade da administração pública indireta ou de fundação criada ou mantida pelo Poder Público;

c) certidão de que ocupa, ou ocupou, o cargo de Procurador de Estado, Magistrado, membro do Ministério Público, membro da Defensoria Pública, Delegado de Polícia ou qualquer cargo, emprego ou função públicos que exijam como requisito para o seu exercício o diploma de bacharel em direito;

d) contrato de trabalho devidamente registrado em carteira de trabalho (CTPS) no caso de haver vínculo empregatício para exercício de atividade privativa de bacharel em direito;

e) certidão de conclusão de estágio profissional, oficial ou reconhecido, expedida pela Universidade ou Faculdade de Direito competente ou certidão de prática de estágio profissional perante a Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul fornecida por esta Instituição.

VI - certidão que comprove a ocupação de cargo público incompatível com a advocacia, com a indicação da data da posse no mencionado cargo;

VII - certidão do órgão disciplinar a que estiver sujeito o requerente comprovando que o mesmo não está sendo processado, tampouco fora punido no exercício da profissão, cargo ou função;

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

VIII - certidões dos distribuidores cíveis e criminais da Justiça Federal e Estadual dos lugares onde haja residido nos últimos cinco anos;

IX - certificado de reservista ou documento equivalente que comprove a quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

X - certidão da Justiça Eleitoral de regularidade com as obrigações eleitorais e em gozo dos direitos políticos;

XI - 02 (dois) laudos médicos, um clínico e um neurológico;

XII - 02 (dois) atestados de conduta social passados por membros da carreira de Procurador do Estado, da Magistratura, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, subscritos por autoridades distintas daquelas 05 (cinco) que deverão ser indicadas no requerimento de inscrição definitiva;

XIII - fotocópia autenticada da certidão de casamento, se casado.

Parágrafo único. Os elementos de prova referidos na alínea a do item II deste artigo deverão corresponder a, no mínimo, 05 (cinco) trabalhos, pareceres ou atos profissionais de natureza jurídica, praticados anualmente em causas distintas.

Art. 15. O Presidente da Comissão de Concurso indeferirá, liminarmente, o requerimento de inscrição que não constar com os requisitos exigidos nos artigos 13 e 14 deste Regulamento.

Art. 16. Em nenhuma hipótese será prorrogado o prazo para a juntada de documento ou concedido prazo para suprir falha no requerimento de inscrição.

Art. 17. A relação dos candidatos com inscrições definitivas deferidas e indeferidas será publicada no Diário Oficial do Estado, cabendo, no caso de indeferimento, recurso endereçado à Comissão Organizadora do Concurso, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da publicação.

Parágrafo único. Qualquer cidadão, a contar da publicação das inscrições deferidas, poderá representar contra os candidatos, aduzindo a ausência de um dos requisitos exigidos em lei ou neste Regulamento, devendo, desde logo, oferecer ou indicar as provas.

DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA, AOS NEGROS E AOS ÍNDIOS

Art. 18. Aos candidatos portadores de deficiência serão reservados 5% (cinco por cento) do número de vagas, desde que a deficiência seja compatível com o

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

exercício das atribuições do cargo, observando-se os dispositivos constantes no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e a Lei Estadual nº 3.681, de 27 de maio de 2009.

§ 1º. Na aplicação do percentual previsto no *caput*, dever-se-á observar o disposto no Decreto Estadual nº 13.141, de 31 de março de 2011.

§ 2º. Os candidatos portadores de deficiências, para se beneficiarem da reserva de que cuida o *caput* deste artigo, devem comprovar, mediante laudo médico de especialista, na fase de inscrição preliminar, a natureza e o grau ou nível de deficiência que apresentam, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CIDE), bem como indicar, se necessário, o tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas.

§ 3º. Os documentos exigidos no parágrafo anterior deverão ser entregues pessoalmente ou remetidos por sedex para a sede da Procuradoria-Geral do Estado, após a realização da inscrição preliminar, conforme previsto no Edital.

§ 4º. Na falta do laudo médico ou não contendo este as informações do parágrafo anterior, o requerimento de inscrição preliminar será processado como de candidato não portador de deficiência, mesmo que declarada tal condição.

§ 5º. A Comissão proferirá decisão sobre a qualificação do candidato como portador ou não de deficiência, podendo, a seu juízo, solicitar parecer de profissionais capacitados na área da deficiência que estiver sendo avaliada e/ou, se julgar necessário, submeter, em dia e hora previamente designados, o candidato à avaliação da Junta Médica Oficial do Estado.

§ 6º. Concluindo a Comissão pela inexistência da deficiência ou por sua insuficiência passará o candidato a concorrer às vagas não reservadas.

Art. 19. Aos candidatos que, no momento da inscrição, declararem-se negro ou índio será reservada a cota de 10% (dez por cento) e de 3% (três por cento), respectivamente, das vagas oferecidas no Concurso Público, em conformidade com a Lei Estadual nº 3.594, de 10 de dezembro de 2008, e com a Lei Estadual nº 3.939, de 21 de julho de 2010, observando-se o estabelecido no Decreto Estadual nº 13.141, de 31 de março de 2011.

§1º Os candidatos negros e índios, para se beneficiarem da reserva de que cuida o *caput* deste artigo, devem comprovar sua condição mediante comparecimento à

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

entrevista com a Comissão Especial, estabelecida pelo Decreto Estadual nº 13.141, de 31 de março de 2011, na data e local previstos em Edital específico.

§2º O candidato índio deverá apresentar-se no local da entrevista munido da Cédula Oficial de Identidade expedida pela Secretaria de Segurança com registro da etnia indígena, ou com o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI), expedido pela FUNAI, ou, ainda, certidão de nascimento constando a etnia indígena.

§3º O candidato negro ou índio que não atender às normas constantes neste artigo e parágrafos, que não comparecer à entrevista no prazo e local estabelecidos em edital próprio ou que não receber parecer conclusivo favorável da Comissão Especial, perderá o direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos optantes do programa de reserva de vagas.

Art. 20. Os candidatos com deficiência, negros e índios participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que respeita ao horário de início e duração das provas, ao local de aplicação, ao conteúdo e avaliação, aos critérios de aprovação, ao posicionamento na classificação geral para fins de escolha de lotação e demais normas de regência do Concurso.

Art. 21. Não havendo candidato portador de deficiência, negro ou índio inscrito ou aprovado, os cargos ficarão liberados para os demais candidatos.

DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 22. O Concurso Público consistirá de fases eliminatória e classificatória.

§1º. As fases eliminatórias e classificatórias, compreendem, em ordem sucessiva, a prova preambular (objetiva), as provas escritas (teóricas e práticas), a prova oral, a investigação social e o exame de saúde física e mental.

§2º A fase classificatória compreende a prova de títulos.

DAS PROVAS

Art. 23. O Concurso constará das seguintes provas:

I - prova preambular (objetiva);

II - provas escritas (teóricas e práticas);

III - prova oral;

IV - prova de títulos.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

§ 1º. Todas as provas serão realizadas na cidade de Campo Grande, MS, em local e data a serem fixados pelo Presidente da Comissão do Concurso e publicados no Diário Oficial do Estado.

§ 2º. Não haverá segunda chamada para nenhuma das provas e elas não poderão ser realizadas fora do horário e/ou das dependências estabelecidas pela Comissão.

§ 3º. A ausência ou a chegada tardia do candidato a qualquer das provas, seja qual for o motivo, implicará na sua eliminação automática, não podendo mais realizar as fases subsequentes do certame.

§ 4º. As provas versarão sobre as seguintes matérias: direito constitucional, direito administrativo, direito tributário, direito do trabalho, direito processual do trabalho, direito processual civil, direito civil, direito empresarial, direito ambiental, direito da seguridade social, legislação institucional e organizacional do Estado e legislações correlatas.

§ 5º. Para efeito de aplicação das provas, as matérias serão divididas em quatro grupos, a saber:

- a) Grupo I: Direito Constitucional, Direito Ambiental e Direito da Seguridade Social;
- b) Grupo II: Direito Administrativo e Legislação Institucional e Organizacional do Estado;
- c) Grupo III: Direito Tributário, Direito Civil e Direito Empresarial;
- d) Grupo IV: Direito Processual Civil, Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho.

Art. 24. Com exceção da prova de títulos, que terá caráter exclusivamente classificatório, todas as demais serão de cunho eliminatório e classificatório.

§ 1º. Na prova preambular (objetiva) serão aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos, em número correspondente a 10 (dez) vezes o número de vagas oferecidas pelo Edital, ultrapassando-se tal limite apenas para aproveitamento de candidatos empatados em último lugar da classificação.

§ 2º. As provas escritas (teóricas e práticas) serão consideradas, para efeito de eliminação, uma só prova e versarão sobre questões teóricas e práticas das matérias do Concurso, sendo considerado aprovado aquele candidato que obtiver em cada grupo

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

de prova (§ 5º do art. 23) nota mínima igual a 4,00 (quatro) e média global mínima igual a 5,00 (cinco), vedados a aproximação ou o arredondamento.

§ 3º. A média global será calculada mediante a divisão da soma das notas auferidas em cada grupo de prova, pelo número de grupos que compõem esta etapa, sem atribuição de peso diferenciado a qualquer dos grupos, usando-se os decimais até centésimos, vedados a aproximação ou arredondamento.

§ 4º. A prova oral poderá versar, a critério da Banca Examinadora, sobre todas as matérias previstas no § 4º do art. 23 deste Regulamento, sendo considerado aprovado o candidato que obtiver média igual ou superior a 5,00 (cinco).

Art. 25. As provas serão realizadas na seguinte ordem:

I - Prova preambular (objetiva), contendo 100 (cem) questões;

II - Provas escritas (teóricas e práticas):

a) Grupo I: Direito Constitucional, Direito Ambiental e Direito da Seguridade Social;

b) Grupo II: Direito Administrativo e Legislação Institucional e Organizacional do Estado;

c) Grupo III: Direito Tributário, Direito Civil e Direito Empresarial;

d) Grupo IV: Direito Processual Civil, Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho.

III - Prova oral;

IV - Prova de títulos.

Art. 26. É vedado ao candidato assinar a prova, escrever seu nome, número de inscrição ou apor qualquer sinal que possa identificá-lo, sob pena de anulação de sua prova e conseqüente eliminação do Concurso.

Art. 27. Será eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização das provas:

I - fornecer declaração falsa;

II - for responsável por falsa identificação pessoal;

III - for surpreendido em comunicação com outro candidato ou pessoa estranha, verbalmente, por escrito ou qualquer outra forma;

IV - utilizar-se de anotações, livros ou impressos, salvo os expressamente permitidos;

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

V - proceder de forma incompatível com o decoro inerente ao exercício do cargo de Procurador do Estado;

VI - não comparecer ou chegar atrasado a qualquer das provas.

VII - perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

VIII - descumprir as normas contidas no Edital do Concurso ou as instruções do Caderno de Provas ou da Folha de Respostas;

IX - ausentar-se do local da prova sem o acompanhamento do fiscal;

X - faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, para com as autoridades presentes ou para com os demais candidatos;

XI - ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas ou outro documento não permitido.

Art. 28. Verificando qualquer dos fatos excludentes previstos no artigo anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

I - se ocorrer no curso das provas preambular (objetiva) ou escritas (teóricas e práticas), far-se-á o seu registro lançando-se o motivo na folha da prova com declaração assinada por um membro da Comissão do Concurso;

II - se ocorrer durante a prova oral, lavrar-se-á termo pelo membro da Comissão do Concurso que o tiver constatado.

Art. 29. As provas preambular (objetiva) e escritas (teóricas e práticas) serão corrigidas sob sigilo do nome do candidato.

Parágrafo único. Após a correção das provas e a atribuição das notas, a Comissão Organizadora do Concurso procederá à identificação dos candidatos, sendo que para a identificação das provas escritas será designada sessão pública para este fim.

Art. 30. O resultado das provas preambular (objetiva), escritas (teóricas e práticas), oral e de títulos, será divulgado da seguinte forma:

I – nas provas preambular (objetiva), escritas (teóricas e práticas) e oral: número da inscrição, nome e notas dos candidatos;

II – na prova de títulos: número de inscrição, nome e pontos dos candidatos.

Art. 31. Os resultados das provas preambular (objetiva), escritas (teóricas e práticas), oral e de títulos serão divulgados por publicação no Diário Oficial do Estado.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

§ 1º. Caberá recurso, sem efeito suspensivo, contra o resultado de cada prova.

§ 2º. O recurso cabível contra o resultado de cada prova escrita visará à demonstração de ausência de correção de questão e/ou erro na somatória das notas atribuídas às questões, e deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão Organizadora do Concurso e protocolizado na sede da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação do resultado da prova.

§ 3º. Para efeito de interposição de recurso, considera-se publicado o resultado da prova na data da circulação do Diário Oficial do Estado que o veiculou.

DA PROVA PREAMBULAR

Art. 32. A prova preambular (objetiva), com duração de, no mínimo, 4 (quatro) e de, no máximo, 5 (cinco) horas, constará de 100 (cem) questões de múltipla escolha, versando sobre as matérias arroladas no § 4º do art. 23 deste Regulamento, sendo vedada qualquer consulta à legislação, comentada ou não, à doutrina, à jurisprudência, a papéis, anotações de qualquer natureza, ou a utilização de aparelhos ou componentes eletrônicos, bem como qualquer outro meio que quebre a incomunicabilidade do candidato.

§1º. A classificação dos candidatos na prova preambular (objetiva) obedecerá ao estabelecido no § 1º do art. 24 deste Regulamento.

§2º. A folha de resposta da prova preambular (objetiva) deverá ser preenchida pelo candidato com utilização de caneta esferográfica azul ou preta, indelével, fabricada em material transparente.

DAS PROVAS ESCRITAS (TEÓRICAS E PRÁTICAS)

Art. 33. Os candidatos prestarão as provas escritas (teóricas e práticas), por grupo de matérias, no local e horário previamente definidos.

Parágrafo único. As provas deverão ser manuscritas pelo candidato com utilização de caneta esferográfica azul ou preta, indelével, fabricada em material transparente.

Art. 34. As provas escritas (teóricas e práticas) compor-se-ão de questões formuladas pela Banca Examinadora do Concurso, podendo abranger a elaboração de peças processuais, pareceres e respostas de caráter discursivo às questões apresentadas, versando sobre a matéria mencionada no § 4º do art. 23 deste Regulamento.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

Art. 35. O tempo de realização de cada grupo de prova escrita, na forma do § 5º do art. 23 deste Regulamento, será de até cinco horas, de acordo com o estabelecido no Edital do Concurso.

Art. 36. Nas provas escritas (teóricas e práticas) somente será permitida a consulta às legislações (“secas”) e às súmulas dos Tribunais, vedada a consulta às legislações e súmulas comentadas ou anotadas, a manifestações da doutrina, a decisões, sentenças e acórdãos de jurisprudência.

Parágrafo único. Não serão considerados comentários ou anotações simples remissão a outros textos legais.

Art. 37. As notas das provas escritas (teóricas e práticas) serão graduadas de 0 (zero) a 10 (dez), usando-se os decimais até centésimos para a valoração, vedados a aproximação ou arredondamento.

§ 1º. Na atribuição das notas, os examinadores, além da resposta à questão jurídica formulada, avaliarão o domínio correto da norma padrão da língua portuguesa e das suas estruturas (adequação vocabular, ortografia, morfologia, sintaxe e pontuação), bem como a capacidade de exposição do pensamento e o poder de argumentação e convencimento dos candidatos.

§ 2º. A cada questão corresponderá um valor máximo em números de pontos, devendo o total de pontos das várias questões de um grupo de prova ser igual a 10 (dez).

Art. 38. Será eliminado do Concurso o candidato que nas provas escritas (teóricas e práticas):

I - não alcançar em cada grupo de prova nota igual ou superior a 4,00 (quatro), vedados a aproximação ou arredondamento;

II - não alcançar média global, dos quatro grupos de prova, igual ou superior a 5,00 (cinco), vedados a aproximação ou arredondamento, conforme disposto nos §§ 2º e 3º do art. 24 deste Regulamento; ou

III - não entregar a prova dentro do intervalo de tempo estipulado para a sua realização.

DA PROVA ORAL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

Art. 39. Somente será admitido à prova oral o candidato aprovado nas provas escritas (teóricas e práticas) e que tiver deferida a sua inscrição definitiva no Concurso Público, conforme previsto nos artigos 12 a 17 deste Regulamento.

Parágrafo único. O Edital de Concurso poderá estabelecer limite de candidatos aprovados nas provas escritas para participar da prova oral (“nota de corte”).

Art. 40. A prova oral versará sobre as matérias mencionadas no § 4º do artigo 23 deste Regulamento e efetivar-se-á com a arguição do candidato pela Banca Examinadora do Concurso.

§ 1º. O candidato sorteará um ponto de cada uma das matérias selecionadas do Programa pela Comissão Organizadora do Concurso no dia, local e horário designados para a realização da prova oral.

§ 2º. Na realização da seleção referida no parágrafo anterior, a Comissão Organizadora do Concurso poderá eliminar matéria ou ponto do Programa do Concurso relativo a cada matéria para fins de sorteio para a prova oral, independente de prévia publicação para ciência dos candidatos.

Art. 41. Será atribuída nota 0 (zero) na respectiva prova do candidato que não comparecer pontualmente ao local designado para exame ou deixar de realizá-la, o que implica na sua eliminação automática do certame.

Art. 42. Cada membro da Banca Examinadora do Concurso atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), relativa à matéria por ele examinada, lançando-a em folha com o nome do candidato.

Art. 43. A nota global da prova oral será apurada considerando-se a média das notas relativas a cada matéria examinada, mediante a divisão da soma das notas auferidas em cada disciplina de prova aplicada pelo número de disciplinas que tenham composto esta etapa, sem atribuição de peso diferenciado a qualquer delas, usando-se os decimais até centésimos, vedados a aproximação ou arredondamento.

Parágrafo único. Considerar-se-á aprovado na prova oral o candidato que obtiver a nota global igual ou superior a 5,00 (cinco).

DA PROVA DE TÍTULOS

Art. 44. Serão submetidos à prova de títulos os candidatos aprovados na prova oral.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

Parágrafo único. Os documentos para a prova de títulos deverão ser apresentados na sede da Procuradoria-Geral do Estado, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado da prova oral.

Art. 45. Serão considerados como títulos exclusivamente os seguintes documentos, atribuindo-se-lhes a valoração de sua especificação:

I - diploma ou certidão de conclusão e aprovação em mestrado ou doutorado em direito. Valor unitário: 0,3 ponto. Valor Máximo: 0,6 ponto;

II - diploma ou certidão de especialização em curso de direito com carga horária mínima de 180 horas. Valor unitário: 0,1 ponto. Valor Máximo: 0,2 ponto;

III - certidão ou diploma de curso universitário de graduação, de mestrado ou de doutorado em área diversa da jurídica. Valor unitário: 0,1 ponto. Valor Máximo: 0,2 ponto;

IV - exercício, no mínimo de doze meses, em decorrência de aprovação em Concurso Público, do cargo de Procurador do Estado, Magistrado, membro do Ministério Público, membro da Defensoria Pública, Delegado de Polícia e seus correlatos nos âmbitos federal, estadual e municipal. Valor unitário: 0,2 ponto. Valor máximo: 0,4 ponto;

V - exercício, no mínimo de doze meses, em decorrência de aprovação em Concurso Público, de cargos privativos de bacharel em direito, na estrutura da administração pública direta e indireta e demais Poderes, nos âmbitos federal, estadual e municipal, excetuados os constantes no inciso IV. Valor unitário: 0,1 ponto. Valor máximo: 0,2 ponto;

VI - trabalhos jurídicos de autoria exclusiva do candidato, publicados até a data da inscrição preliminar, em revista jurídica reconhecida, com no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas, formatados segundo as normas da ABNT. Valor unitário: 0,1 ponto. Valor Máximo: 0,3 ponto;

VII - exercício, no mínimo de doze meses, em decorrência de aprovação em Concurso Público, de magistério superior na área jurídica. Valor único: 0,1 ponto.

Parágrafo único. Os cursos constantes dos incisos I a III não valerão como títulos se não forem reconhecidos pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura.

Art. 46. Os títulos deverão ser apresentados por meio de certidões com as devidas especificações, no original ou mediante fotocópias autenticadas e, em hipótese

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

alguma, serão recebidos fora do prazo estabelecido no parágrafo único do art. 41 deste Regulamento.

Art. 47. A prova de títulos terá caráter exclusivamente classificatório, servindo a respectiva nota apenas para a apuração da classificação final no Concurso.

§ 1º. A nota da prova de títulos corresponderá à somatória dos pontos atribuídos a cada título apresentado.

§ 2º. Atendido o valor máximo previsto em cada inciso do art. 45 deste Regulamento, serão desconsiderados os demais títulos análogos apresentados pelo candidato.

Art. 48. O resultado da prova de títulos será publicado no Diário Oficial do Estado, cabendo recurso dirigido ao Presidente da Comissão Organizadora do Concurso, a ser protocolizado na sede da Procuradoria-Geral do Estado, no prazo de 02 (dois) dias, a contar da referida publicação.

Art. 49. Não valerão como títulos, entre outros:

I - o desempenho de cargo público ou função eletiva, exceto os casos previstos nos incisos IV, V e VII do artigo 42 deste Regulamento;

II - atestado de capacidade técnica ou de boa conduta profissional;

III - diploma de frequência a cursos, simpósios ou conferências;

IV - aprovação em Concurso interno ou exclusivamente de títulos;

V - trabalhos cuja autoria não seja comprovada;

VI - certificado de conclusão e aproveitamento de curso de graduação, especialização, mestrado e doutorado não reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura.

DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 50. Encerradas as provas, a Comissão Organizadora do Concurso procederá ao julgamento do Concurso Público à vista do resultado das provas preambular (objetiva), escritas (teóricas e práticas), oral e de títulos, para o cômputo geral dos pontos obtidos pelos candidatos.

Art. 51. A nota final de cada candidato será a média aritmética apurada a partir do somatório da nota da prova preambular (objetiva), das quatro notas das provas escritas (teóricas e práticas) e da nota da prova oral, as quais serão somadas e divididas por seis, sem atribuição de peso especial a qualquer delas.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

Parágrafo único. Na apuração da nota final, quando a divisão não for exata, levar-se-á em conta a fração, sem arredondamento ou aproximação, até os centésimos.

Art. 52. Para fins de classificação, a nota geral dos candidatos será a somatória da nota final prevista no artigo anterior com a da prova de títulos.

Art. 53. A classificação dos candidatos será feita pela ordem decrescente da nota geral de classificação atribuída a cada um deles.

Parágrafo único. Ocorrendo igualdade de notas, o desempate far-se-á pela aplicação sucessiva dos critérios seguintes:

- a) maior nota global nas provas escritas, exceto na prova preambular;
- b) maior nota global na prova oral;
- c) maior tempo de serviço prestado ao Estado de Mato Grosso do Sul no desempenho comprovado de função de natureza jurídica;
- d) maior tempo de serviço prestado ao Estado de Mato Grosso do Sul;
- e) maior tempo de serviço público em geral (federal, estadual, municipal);
- f) menor idade.

Art. 54. A classificação dos candidatos será publicada com o resultado final do Concurso no Diário Oficial do Estado.

§ 1º. Dentro dos 02 (dois) dias subsequentes à publicação, poderão os candidatos pedir o reexame do resultado final, exclusivamente para demonstrar erro material, mediante requerimento endereçado ao Presidente da Comissão Organizadora do Concurso, na sede da Procuradoria-Geral do Estado.

§ 2º. O pedido de reexame será julgado pela Comissão Organizadora do Concurso e, no caso de provimento, republicar-se-á o resultado final.

DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL

Art. 55. O objetivo da investigação social consiste na averiguação da existência ou não de fatos que desabonem a conduta pessoal, familiar, social, profissional e ética dos candidatos, iniciando-se, a partir do pedido de inscrição e perdurando até a homologação do Concurso Público.

Art. 56. A investigação social será realizada pela Comissão Organizadora do Concurso, em caráter sigiloso e confidencial, tomando-se por base as informações colhidas das autoridades que o candidato indicar no ato de sua inscrição definitiva, bem como eventuais impugnações ou informações que o desabone.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

Art. 57. Os membros da Comissão Organizadora deverão manifestar-se sobre a investigação social realizada sobre os candidatos aprovados a contar da publicação do resultado final do Concurso Público e antes de sua homologação.

DO EXAME DE SAÚDE FÍSICA E MENTAL

Art. 58. Os exames de saúde física e mental consubstanciam uma das fases do Concurso Público e possuem caráter eliminatório, consistindo na apresentação de 02 (dois) laudos médicos sobre as condições de saúde do candidato, um clínico e um neurológico, realizados por profissional ou organização especializados.

Parágrafo único. Os laudos deverão ser apresentados no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação da lista dos candidatos aprovados nas provas escritas (teóricas e práticas), conforme disposto nos artigos 12 a 14 deste Regulamento.

DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO

Art. 59. O Concurso será homologado por ato do Procurador-Geral do Estado, observando-se o resultado final e a classificação dos candidatos aprovados, e será publicado no Diário Oficial do Estado.

DA NOMEAÇÃO E POSSE DOS CANDIDATOS APROVADOS

Art. 60. Os candidatos aprovados serão nomeados, mediante Decreto do Governador do Estado, para ocuparem o cargo de Procurador do Estado, categoria inicial, da carreira de Procurador do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com as disponibilidades financeiras do Estado, e deverão entrar em exercício imediatamente após a posse.

Art. 61. A posse será concedida pelo Procurador-Geral do Estado em dia, hora e local previamente definidos.

Parágrafo único. É requisito imprescindível para a posse a comprovação da inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul, mediante a apresentação de fotocópia autenticada da carteira profissional de advogado ou de certidão expedida pela referida Seccional, na sede da Procuradoria-Geral do Estado, até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para a posse, sob pena de a sua nomeação tornar-se sem efeito, conforme disposto no §1º. do art. 3º deste Regulamento.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado

Art. 62. Os prazos previstos neste Regulamento contam-se em dias corridos, excluindo o dia da publicação e incluindo o dia final, podendo ser fixado horário máximo para seu cumprimento no Edital ou, na ausência de sua fixação, vinculam-se ao horário de expediente da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 63. O prazo de validade do Concurso será de até 02 (dois) anos, prorrogável uma vez por igual período, mediante Resolução do Procurador-Geral do Estado.

Parágrafo único. Eventuais candidatos aprovados em número superior às vagas oferecidas no Edital de abertura do certame poderão ser nomeados durante o prazo de validade do Concurso.

Art. 64. A inscrição no Concurso implicará no pleno conhecimento e aceitação, pelo candidato, das regras deste Regulamento e do Edital do Concurso, bem como no seu compromisso de acatá-las.

Art. 65. Por decisão do Presidente do certame, poderão ser devolvidos aos candidatos os documentos que instruíram os respectivos pedidos de inscrição, se estes tiverem sido indeferidos ou, em qualquer caso, após o término do Concurso.

Art. 66. A solução dos casos omissos neste Regulamento e a interpretação de seus dispositivos caberão à Comissão Organizadora do Concurso.

Art. 67. Todas as publicações relativas ao Concurso Público serão feitas observando-se o previsto neste Regulamento.

Art. 68. Revoga-se a Resolução/PGE/MS/nº 188, de 04 de fevereiro de 2009.

Art. 69. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 13 de dezembro de 2013.

RAFAEL COLDIBELLI FRANCISCO
Procurador-Geral do Estado